



**C** Zoom // Entrevista

António Domingues de Azevedo é o actual bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. Foi deputado do PS durante três mandatos, integrando sempre a Comissão Parlamentar de Economia e Finanças. Lidera há cerca de 15 anos a entidade reguladora da profissão dos técnicos de contas.





# Domingues de Azevedo “Muitos portugueses já pensam ‘Sócrates volta, estás perdoado’”

Para o bastonário,  
“foi uma  
inconsciência”  
temos provocado  
eleições antecipadas  
e ninguém mediu as  
consequências

SÓNIA PERES PINTO (Texto)

somnia.pinto@ionline.pt

ANTÓNIO PEDRO SANTOS (Fotografia)

antonio.pedrosantos@ionline.pt

## O que nos espera para 2012?

Está tudo mal e começou logo mal desde o princípio. Primeiro, pela falta de responsabilização dos nossos políticos quanto aos efeitos das suas medidas e das suas opções pelos timings políticos. As pessoas tomam as medidas de acordo com os seus calendários políticos, mas não têm a mínima consciência das suas consequências. Hoje em dia, muitos portugueses já pensam “volta Sócrates, estás perdoado”.

**Devíamos ter tomado outra decisão?** Sim, se o processo político não tivesse levado o caminho que levou e se, na consciência das dificuldades que já se verificavam, houvesse a coragem de se reconhecer que alguma coisa estava mal e que era necessário diluir essas dificuldades o mais possível, para que não caíssem de imediato nos cidadãos. São sempre estes desgraçados que pagam. O que mais me violenta é que os nossos políticos tomam as decisões e os cidadãos é que acabam por pagar os erros dessas decisões. Podem dizer que as medidas de José Sócrates não eram credíveis e eu pergunto, e estas são? Os efeitos das medidas que eram propostas pelo anterior governo seriam no imediato, para os cidadãos, mais gravosas? Porque estas que estão a ser aplicadas têm consequências graves, há famílias que vão ter de tirar os filhos das escolas, há pessoas que vão ter de racionar a sua própria alimentação e estamos a comprometer, pelo menos em matéria de educação, a evolução futura da nossa sociedade e do nosso país. Por isso digo que tudo isto começou mal. Começou por uma inconsciência dos políticos sobre as consequências das suas opções e dos seus timings políticos. Um político que quer gerir um país tem de ter, no mínimo, uma noção de quais são as consequências dos seus actos e, em alternativa, se aquilo que lhe é oferecido tem uma resposta para o país – não é para o seu partido, não é para as suas ambições pessoais – e qual é a melhor opção. Se tivéssemos seguido o PEC, talvez tivéssemos tido melhor capacidade negocial e a possibilidade de diluir mais no tempo a tomada de medidas do que tivemos.

**Teríamos evitado o pedido de ajuda externa?**

Evidentemente, teríamos evitado a

entrada de rompante do “venho, quero, posso e mando”. E “ou fazem aquilo que nós queremos e levam o dinheiro ou não fazem aquilo que queremos e não levam o dinheiro”. Isto é o que foi mau neste processo e ninguém pede responsabilidades políticas, é isso que me dói. Ninguém pede responsabilidades políticas a ninguém. As pessoas fazem as suas opções, determinam os seus timings, a sua calendarização, mas depois são os cidadãos que vão pagar essas consequências.

**Teria sido preferível que o governo de Sócrates não tivesse caído?**

Não sei como é que teria sido com José Sócrates, mas sei que neste momento estamos pior do que estávamos, disso não tenho dúvidas nenhuma. Nem nenhum cidadão tem dúvidas quanto a isso. Porque a alternativa que temos são medidas que penalizam os trabalhadores por conta de outrem e, em alguns

criamos essa situação – de ter uma reacção a um programa que é perfeitamente desajustado e inadequado à economia portuguesa. É impensável pensar que, sem grandes alterações de enorme profundidade, é sensato reequilibrar em dois anos o que demorou 40 anos a desequilibrar.

**O que acha das reformas exigidas pela troika?**

Há algumas reformas estruturais profundas e, em algumas situações, estamos a ir além do que é exigido pela troika. Não questiono a necessidade de uma economia portuguesa ter de fazer alguns reajustamentos; o problema é que ninguém diz qual vai ser o efeito na economia destas medidas tão drásticas.

**Algumas já são visíveis: é o caso da retracção do consumo...**

Exacto. O bom economista não é aquele que põe o país a crescer de 10 para 15, é aquele que consegue estabelecer um equilíbrio. Se retiro a capacidade financeira às pessoas, estas não consomem. Ou seja, reduzo drasticamente o consumo interno e isso irá afectar as empresas que já têm a sua estrutura montada e que, para ser rentabilizada, têm de vender, têm de ter lucro. Isto vai afectar o desemprego e o défice das contas públicas porque, ao irem mais trabalhadores para o desemprego, o Estado vai ter de pagar mais pelos subsídios de desemprego. É necessário estabelecer um equilíbrio; hoje temos as coisas demasiado desequilibradas devido à disponibilidade financeira dos cidadãos, pois as medidas que foram tomadas vão ter consequências nefastas. Mas os portugueses têm a tradição de só acreditar no São Jerónimo quando a sua casa está a arder, por isso a verdadeira consciencialização das dificuldades económicas só vai acontecer em Junho, Julho e Agosto, quando não receberem o subsídio de férias, no caso dos funcionários públicos e dos reformados e, naturalmente, no primeiro trimestre de 2013 a situação económica não vai ser nada boa.

**Porquê só no primeiro trimestre de 2013?**

Porque vai ser o agudizar das situações,

já que, no final de 2012, os funcionários públicos também não vão contar com o subsídio de Natal. Se tivéssemos tido a coragem e a consciência dos efeitos dos actos que fizemos ao provocar eleições antecipadas numa altura em que o país estava nesta oscilação, não teríamos tomado essa decisão nem teríamos entregado o país às entidades internacionais. Foi uma inconsciência grande que ninguém avaliou. Uma coisa é chegar a alguém e propor-lhe uma ajuda, outra é alguém vir a minha casa dizer que estou perdido e impor as suas condições. São situações completamente diferentes. Provocar eleições num momento em que a nossa economia estava a dar sinais de alguma debilidade foi escancarar as portas.

**E em relação aos timings?**

Aquilo que estamos a fazer em dois anos devia ser feito em cinco ou seis anos. A ideia de que quem nos empresta o dinheiro é que impõe os prazos é uma falácia, é anti-economia. Espero que, para o bem do país e da economia, o governo consiga ainda, durante 2012, estabelecer negociações para dilatar este prazo e que só tire um dos subsídios aos funcionários públicos. Como as coisas estão a ser feitas, estamos a voltar à década de 60 a 70, em que só estudava quem era filho de pais ricos e só eram dadas oportunidades a quem tinha dinheiro. Tenho algumas dúvidas em relação ao que pode acontecer. No outro dia ouvi um militar dizer que as coisas estavam a ficar incompatíveis e fiquei preocupado com o que se pode vir a passar.

**Podemos assistir a um novo 25 de Abril?**

Naturalmente, temos de ter algum cuidado. Os militares tinham algumas benesses e não podemos tirar tudo de um momento para o outro.

**Portugal poderá ter de sair do euro?**

Acho que não. Se acabar a moeda única também acaba o sonho europeu de uma Europa unida e solidária. O projecto da moeda única poderá ter sido um pouco precipitado, atendendo à falta de solidez de algumas economias e da sua dependência, como é o caso de Portugal, da Grécia e da própria Espanha. Se neste momento Portugal não estivesse dentro do sistema monetário internacional, estaríamos com gravíssimos problemas, por exemplo, no caso da importação de bens essenciais.

**Mas poderá ser obrigado a sair?**

Nem pensar nisso. Se forem criadas

continua na página seguinte >>



**O bastonário acredita que o governo vai ter de devolver o subsídio de férias e de Natal aos funcionários públicos nos próximos anos; caso contrário, terá de acabar com essas regalias nos privados. No seu entender, não vai ter coragem para isso**

>> continuação da página anterior

excepções ou duas velocidades dentro dos países europeus, acaba a Europa, pois o projecto europeu, tal como foi formado, acabaria por não fazer sentido. A Alemanha tem de entender uma coisa: se a Europa for forte, ela também será forte; se for fraca, ela também será fraca, e a economia alemã tem de ser o motor desta dinâmica europeia.

**O que achou do discurso de Ano Novo de Cavaco Silva?**

O Presidente da República deve ter alguns problemas de consciência. Quem se recorda do seu discurso durante a tomada de posse e do seu incentivo à participação cívica dos cidadãos no sentido de modificarem positivamente as coisas que estão a decorrer na nossa sociedade? Hoje não tem tido a mesma manifestação de repúdio que teve naquela altura em relação às medidas que estão a ser tomadas. A concertação vai ser difícil, porque embora as pessoas tenham consciência de que é preciso poupar, não posso dizer isso a um jovem de 20 anos que sempre teve tudo e que está habituado ao que a sociedade lhe oferece. Além disso, ninguém avalia quanto é que esse jovem tem necessidade de ganhar. Ninguém diz que, para um cidadão ter uma vida digna, deverá ter x condições. Não vale a pena dizer que ganha mil euros quando, para comer, precisa de ter 1100 euros; isso significa que está deficitário em cem euros por mês. Por isso é que digo que essa concertação não vai ser fácil, porque mexe com os direitos das pessoas. Houve uma tentativa após o 25 de Abril, por volta de 1979, de importar os exemplos nórdicos para estabelecer regras concretas quanto ao funcionamento do capital e do mercado de trabalho. Mas temos hoje em Portugal uma autêntica selva. Uma empresa dá 100 milhões de euros de lucro, mas não tenho nenhuma lei que diga que desses 100 milhões tem de investir obrigatoriamente x. Deveria haver uma lei que dissesse quanto é que essa empresa deveria ser obrigada a investir e que uma parte desse lucro deveria ser distribuída aos seus trabalhadores.

**Mas há empresas que fazem isso...**

Sim, mas isso é feito de forma voluntária, e ainda bem que o fazem. Os trabalhadores numa circunstância destas rendem muito mais. Um gestor que faz isso é inteligente. Se o trabalhador se sente realizado e é tratado com dignidade, rende muito mais, ninguém tenha dúvidas sobre isso. No entanto, não temos um

quadro jurídico nem uma preocupação política que enquadrem estas situações. Não podemos continuar a alimentar aquela dicotomia de o trabalhador de um lado e do outro quem tem o capital e quem investe. Neste campo, Lula da Silva fez um trabalho extraordinário e conseguiu alcançar esse equilíbrio de forma surpreendente. A verdade é que, quando assistimos a um desequilíbrio, há alguém que se sente mal nesse processo e, neste momento, a corda está demasiado desequilibrada para o lado dos trabalhadores. Se vou pedir aos trabalhadores que entrem numa concertação, eles primeiro querem saber porquê, o que ganham em troca e qual é o limite dessa participação. Além disso, querem saber o que é pedido ao tecido empresarial e o que é pedido aos empresários e aos detentores do capital. As pessoas começam a pensar: o IRS subiu x ou y, tiraram-me o 13.º mês, mas a EDP vai continuar a dar as centenas de milhões de euros de lucro e as empresas privadas continuam a dar os milhões e milhões de lucro, e aí pensam: então porque é que só a mim me pedem sacrifícios e porque é que não pedem às empresas também um bocadinho? Neste momento, vivemos no salve-se quem puder e no cada um por si. Devemos criar um estado de espírito para que essa concertação seja, de facto, possível.

**Como vê o caso da Jerónimo Martins de vender o capital à sua subsidiária holandesa?**  
**Mas continuamos a ter o problema dos offshores...**

Não quero entrar em questões pessoais. É o funcionamento selvagem do capital. Nesse caso só conta a rendibilidade, não conta quem trabalha connosco nem os cidadãos.

**“Se acabar a moeda única, também acaba o sonho europeu de uma Europa unida e solidária”**

**“Neste momento vivemos no salve-se quem puder e no cada um por si”**

A comunidade europeia já devia ter tomado uma medida comum. Não interessa estar a dizer que vamos acabar, por exemplo, com o offshore da Madeira quando continuam a existir offshores nas ilhas Caimão, entre outras. Sem dúvida que a comunidade europeia devia acabar com os offshores e criar condições igualitárias para todos. Não é acabar com o da Madeira e os dos outros países ficarem na mesma, porque aí só muda a residência. Deixam a Madeira e vão para outro lugar qualquer, e continuam a fazer as mesmas patifarias.

**Uma das guerras da Ordem dos Técnicos de Contas tem sido o combate à fraude e à evasão fiscal. Como vê a criação desta nova autoridade tributária?**

É muito difícil juntar água com azeite e isso é que se está a tentar com esta autoridade tributária. Não é uma medida nova, já vem do tempo de Sousa Franco enquanto ministro das Finanças.

**É difícil porquê?**

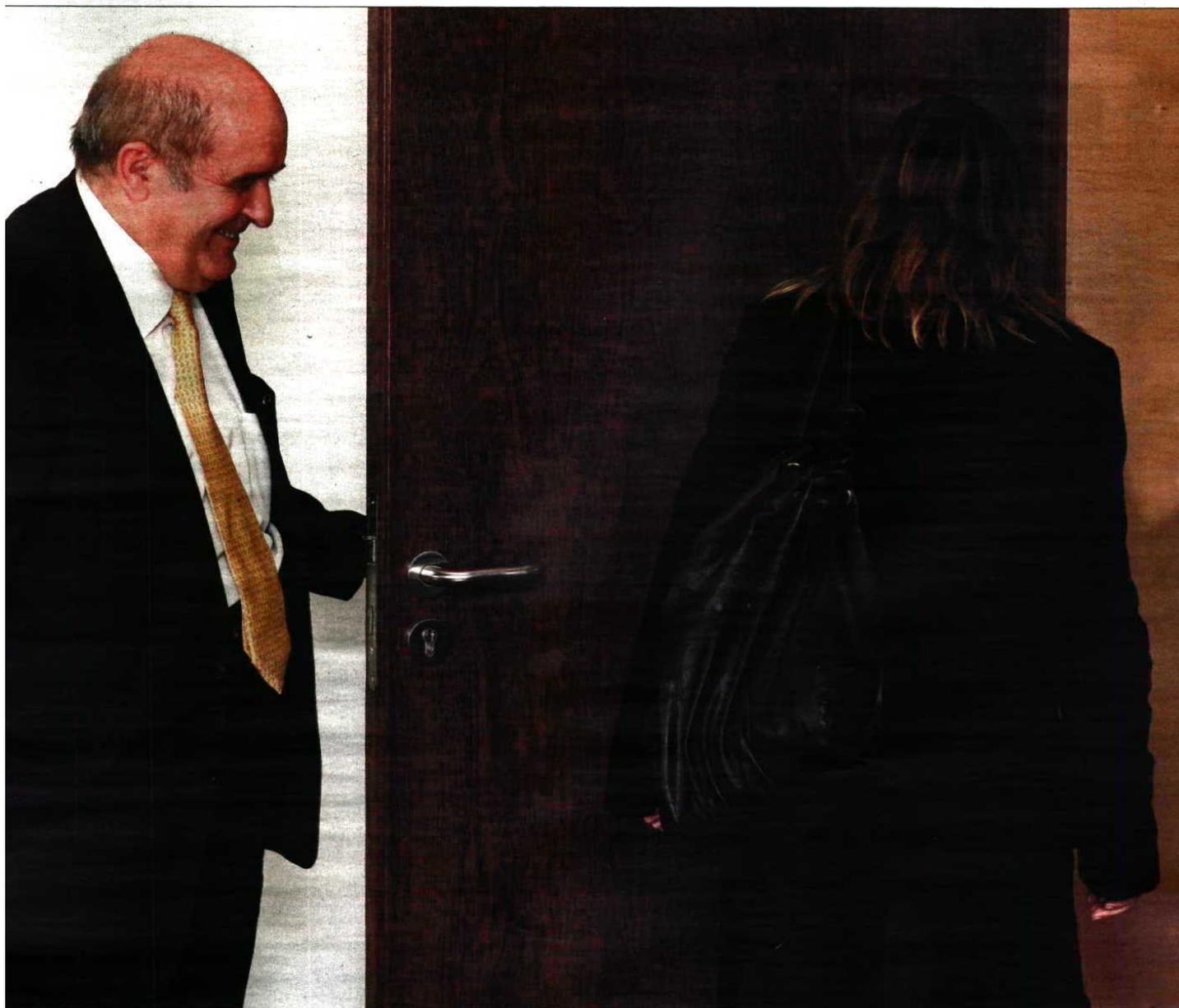
Porque dentro da administração pública há tradições, comportamentos e exigências que têm o seu nível diferenciado e têm consequências diferentes em matéria de resultados. Por exemplo, a tradição comportamental e funcional da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos é completamente diferente da Direcção-Geral das Alfândegas. Estas tradições podem gerar conflito se estiverem sob a mesma entidade gestora. Ou há muito bom senso em gerir todo este processo ou vai ser pior a emenda que o soneto. Isso significa que poderá ter mais efeitos negativos juntar sob a mesma orientação entidades com diferenciações muito acentuadas. Tenho grande receio de que a consequência desta junção se traduza em desmotivação por parte dos trabalhadores da administração fiscal, como já verificamos há uns anos, e que levou as cobranças para níveis impensáveis. Se falharmos este processo, podemos cair numa situação como a da Grécia, em que o Estado cria um imposto e os serviços não cobram. Então aí entramos numa anarquia.

**O Paulo Macedo era melhor director de Impostos do que é ministro da Saúde?**

Paulo Macedo teve na DGCI uma visão correcta de todo o funcionamento da administração fiscal e, quando entra, tem uma série de processos em andamento. Ou seja, acabou por recolher os louros desses processos. Não percebo de saúde, mas considero que o sector precisava mais de um gestor do que de um bom

médico, mas com sensibilidade para as implicações que o sector tem. Acho que tomou algumas medidas sob pressão, como é o caso da subida das taxas moderadoras, que foi um pouco violenta. **Acha que Vítor Gaspar tem condições para terminar o mandato?** Tenho pena de Vítor Gaspar porque a oportunidade política dele aparece num momento mau. E Vítor Gaspar tem uma deficiência: nós temos de conhecer as empresas, as pessoas e o modo de funcionamento das sociedades. Para falar sobre impostos, tenho de viver os impostos, tenho de os sentir. Quando tomo uma medida sobre as empresas, tenho de sentir esse pulsar do dia-a-dia das empresas, as suas dificuldades e o esforço de sobrevivência que fazem. Penso que essa é uma falha que o ministro tem, porque devia ter estado numa empresa, conhecer o nosso mundo empresarial. Penso que é um excelente técnico, mas nem sempre isso chega. Acredito que, mesmo assim, chegue ao final do mandato, porque um ministro das Finanças tem de transmitir muita segurança e muita firmeza.





## SUBIDA DE IMPOSTOS LEVA AO AUMENTO DA ECONOMIA PARALELA

**O aumento de impostos vai impulsionar o crescimento da economia paralela? A apetência vai surgir e a tentação vai ser muito maior. Mas hoje temos sistemas de informação e qualidade e quantidade de informação que as empresas fornecem ao gestor da causa pública que permitem ao mesmo avaliar de imediato se indiciam ou não comportamentos irregulares. Além disso, há meios para se agir de imediato. Mas os pequenos negócios são mais difíceis de controlar...**

Não é assim tão complicado, porque temos acesso ao histórico da empresa. Mas há sempre a tentação de não pedir a factura para não pagar IVA... Corremos esse risco. Era preferível o Estado ter mantido as despesas com a saúde porque acabava por cobrar no IRS. Quem paga tem direito a receber o documen-

to, mas se quem paga não tem nenhum interesse em receber esse documento quebra-se o chamado interesse sucessivo do pedido do documento. Devia-se institucionalizar o princípio de que o cidadão, ao pedir o documento, beneficia, e esta retirada das apresentações de despesa no IRS estimula a não exigência da factura. Por exemplo, quem estiver no escalão máximo de IRS não pode apresentar despesas de saúde e, por isso, não tem interesse em pedir factura. Conclusão: não pede factura e o médico não vai declarar esse rendimento. Esta consequência é pior do que o Estado continuar a aceitar despesas em matéria de IRS. **Concorda com o fim dos benefícios fiscais?**

Pelo menos, não se deveria ter cortado na sua totalidade, deveria implementar-se

uma percentagem sobre as despesas porque isso cria um interesse em pedir as facturas. Por exemplo, uma pessoa que ganha o salário mínimo nacional deduz 100% das despesas apresentadas com a saúde; já uma pessoa que está no escalão intermédio deveria deduzir metade do máximo que é permitido deduzir, enquanto uma pessoa que está no escalão máximo deveria deduzir 10%. Tenho muito medo quando se fala numa simplificação fiscal em que todos pagam igual, porque não é igual a disponibilidade financeira de cada um. **Não vamos assistir a reembolsos...**

Claro que não, só para os escalões mais baixos. A reforma que foi realizada em 1989 veio personalizar o tratamento tributário, veio enquadrar e permitir, por via das deduções, que as famílias deduzissem os encargos que cada uma tinha. Mesmo assim, não concordava com a aplicação de patamares máximos, mas com a aplicação de percentagens para a apresentação sobre as despesas. Mas quando o governo põe escalões de IRS em que se pode deduzir zero nas despesas de saúde, em que pode deduzir zero nas despesas com a educação, está a implementar-se uma injustiça na tributação. Isso significa que,

praticamente, não vão existir reembolsos. **Acha que daqui a um ano podemos voltar a contar com as deduções fiscais?**

Tenho muito medo disso, porque para um político, depois de o mal estar feito, mais vale construir uma auto-estrada por onde passam 10 ou 20 carros por dia. Um político prefere construir uma auto-estrada do que baixar o IRS, porque dá votos. A história tem-nos dito que, quando os impostos sobem, só muito excepcionalmente é que voltam a baixar.

**E estará em condições de devolver os subsídios à função pública?**

Vai ter de os dar, ou então terá de acabar com os subsídios nos privados, e não vai ter coragem para isso. Vamos ter de mudar o nosso conceito sobre a função pública e devemos ser exigentes com os funcionários públicos. Aqueles que não cumprirem os seus objectivos devem ser postos na rua, porque o grande problema é que o próprio Estado e os cidadãos perdoam tudo aos funcionários públicos, porque acham que eles estão fora do sistema. Mas não é verdade. O Estado deve ter os melhores funcionários públicos do país e deve exigir-se que eles cumpram como os trabalhadores cumprem nos privados.